

Programa da LISTA B
candidata à Comissão Coordenadora Distrital
de Lisboa



Eleições de 17 de Outubro de 2020

PELA DEMOCRACIA, PELA ECOLOGIA E
PELO SOCIALISMO
CONTRA A AGENDA NEOLIBERAL

1 – O rumo do nosso país e, por maioria de razão, do nosso distrito, tem sido a concentração financeira nas mãos de uns poucos banqueiros e financeiros, enquanto a esmagadora maioria da população acumula dificuldades, desemprego, precaridade e até fome.

Segundo os últimos dados, 26 cidadãos do mundo detêm tanta riqueza quanto 50% da população mundial. **Nunca tão poucos esmagaram tantos!**

A proporção é de 26 para 3.350.000.000 (três mil, trezentos e cinquenta milhões)!

Ou seja, 0,0000003% da população do mundo tem tanta riqueza quanto 50% de toda a humanidade!

Este é um ESCÂNDALO que exige mudança radical!

E não podemos esquecer que, com a pandemia, tudo piorou para o povo: despedimentos, cancelamento de contratos a prazo, redução do salário para 2/3 com o famigerado *lay-off* dos que permanecem com emprego, despejos dos que ficaram sem sustento não conseguindo pagar a renda, grande aumento dos que, sem teto, dormem nos passeios e aumento gigantesco da procura de apoio para comida junto de ONGs.

Exige-se clareza permanente sobre a necessidade de MUDAR DE RUMO, unindo todos os sectores sociais que sofrem com esta acumulação assassina do capital financeiro, para acumular forças rumo a uma nova sociedade ecossocialista.

Podemos, e sobretudo devemos, ter propostas concretas para todas as lutas e todas as reivindicações de todos os dias, mas se não estiverem enquadradas nesta urgente mudança de rumo elas resumir-se-ão a muito *poucochinho*, às migalhas do banquete da alta finança.

Nem mais um euro para a banca, dos impostos de quem trabalha. Basta de escândalo dos dinheiros do povo para o Novo Banco. **Participaremos na**

luta nacional que reclama a nacionalização do Novo banco, bem como dos sectores estratégicos da economia.

2 – Luta pela democratização dos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa e da Comunidade Intermunicipal do Oeste e da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo:

Esta política neoliberal impõe um controlo tão apertado do Estado e da sociedade quanto a alta finança exige. Por isso a **REGIONALIZAÇÃO**, princípio democrático e constitucional, permanece no papel. Lutar pela maior democracia e participação a todos os níveis da cidadania é parte do combate contra o capitalismo neoliberal.

Assim:

- Defendemos a regionalização e de imediato a eleição, por voto secreto, direto e universal, da Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa e das Comunidades Intermunicipais, com a constituição de órgãos coordenadores de políticas públicas metropolitanas e intermunicipais nas áreas dos transportes, saúde, educação, habitação, urbanismo, tratamento de resíduos e proteção civil;

- Rejeitamos o princípio da nomeação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional – CCDR, cujos presidentes e vice-presidentes são acordados pelo bloco central PS/PSD, sem participação popular;

- Pugnamos por uma democracia participativa, promovendo o máximo da participação dos cidadãos e das comunidades.

3 – Um distrito em defesa do trabalho, em luta contra a fome:

- Aumentos reais dos salários;
- Redução do horário de trabalho para as 35h sem redução do salário. Emprego para todos;
- Luta pela revogação do pacote laboral da troika;
- Fim da precariedade;
- Proteção dos postos de trabalho e das produções locais;
- Apoio à luta contra os despedimentos, exigindo a sua proibição;
- Aumento do salário mínimo para 900 € até 2023;
- Aumento especial para as reformas abaixo do salário mínimo, diminuindo esse fosso, bem como de pensões de velhice e invalidez;
- Subsídio de emergência, especial, para todos os trabalhadores que viram os seus rendimentos caírem abruptamente devido à crise da pandemia, não podendo, nunca, este valor ser abaixo do salário mínimo nacional;

- Prolongamento da moratória dos créditos à habitação/consumo das famílias desempregadas durante a pandemia.

4 – Um distrito que garanta o direito à habitação:

- Contra a especulação imobiliária. A habitação é um direito constitucional;

- Contra a monocultura do turismo. Importante redução do número de Alojamentos Locais no distrito;

- Só a colocação de muitos milhares de **habitações públicas**, com rendas acessíveis, pode combater a especulação imobiliária;

- Apoio e incentivo às cooperativas de habitação;

- Campanha de esclarecimento e luta pela municipalização dos solos, objetivo chave para o controlo da especulação imobiliária;

- Solução para todos os que perderam a sua habitação por causa da pandemia;

- Desenvolver políticas e propor medidas que privilegiem e potenciem a reabilitação urbana para a habitação, conter os perímetros urbanos, atrair habitantes para os centros urbanos existentes, muitos devolutos, pois só assim podemos desenvolver redes de transportes públicos eficientes;

- Contra as medidas neoliberais que só reforçam a especulação imobiliária como por exemplo o programa da CML de “renda segura” e das PPP’s na habitação;

- Não aos despejos sem resposta alternativa do sistema.

5- Um distrito com transportes dignos, eficazes, assente na base dos transportes não poluentes com prioridade para o caminho de ferro e a extensão do Metro de superfície e elétricos rápidos:

- Prioridade aos elétricos e elétricos rápidos ou metro de superfície. O custo de cada km de metro equivale ao custo de 5 a 10 kms de elétrico rápido. Lisboa teve uma das melhores redes de elétricos da europa que só foi progressivamente acabada para dar prioridade ao automóvel;

- Prolongamento do Metro de superfície, com urgência para a área ocidental de Lisboa e para os municípios circundantes de Lisboa;

- Continuação da luta pela reabilitação e eletrificação da Linha do Oeste que irá aproximar os concelhos a Norte de Lisboa e permitir uma ligação mais rápida e ecológica destes concelhos à capital;

- Linha de caminho de ferro circular entre Lisboa e os concelhos da Margem Sul, dependendo de estudos sobre as condições de trabalho dos

operadores ferroviários, associada à construção de uma nova ponte de travessia do tejo na zona oriental exclusivamente ferroviária, por forma a assegurar a facilidade de deslocação dos trabalhadores;

- Parques de estacionamento dissuasores, seguros e gratuitos para quem tiver passe social, junto das estações da CP da área metropolitana e nas entradas de Lisboa;

- Suscitar um debate urgente para a imposição de transportes públicos gratuitos à semelhança do que acontece já em muitas regiões europeias;

- Criação de uma verdadeira autoridade metropolitana de transportes com poderes reais sobre todas as empresas de transportes para tornar eficaz a programação e rentabilização que melhor sirva quem trabalha e usa os transportes públicos;

- Funcionamento 24h das linhas ferroviárias /metro;

- Criação de ciclovias de ligação dos concelhos limítrofes a Lisboa com respetivos parques para bicicletas;

- Somos contra a solução aeroportuária Portela/Montijo porque, além das consequências ambientais para o Montijo, tem de ter como objetivo ir gradualmente acabando com o Aeroporto Humberto Delgado;

- Propomos lançar um debate sério, no interior do BE, para termos uma proposta de solução de local e estratégia para o novo aeroporto que sirva a área Metropolitana de Lisboa.

6 – Apoio aos agricultores e à agricultura do distrito:

- Apoio à agricultura familiar e cooperativa que em grande parte assegura o abastecimento das cidades da região;

- Apoio das Juntas de Freguesia na atribuição de terrenos baldios para agricultura biológica;

- Apoios à produção local. A pegada ecológica dos alimentos que consumimos deve ser o principal fator de sustentabilidade;

- Ao nível de cantinas escolares, refeitórios públicos e de IPSS, incentivar o consumo de produtos produzidos localmente com base na sua pegada ecológica;

- Incentivo da produção e distribuição de alimentos biológicos no contexto da economia local / distrital;

- Promover e desenvolver a realização de feiras, particularmente as tradicionais, para a venda direta dos produtos agrícolas sem passar pelos intermediários;

- Pugnar por uma muito maior informação aos agricultores, promovendo ações de informação e formação, apoiando o seu concurso aos apoios financeiros.

7 – Defesa do Serviço Nacional de Saúde:

- Luta pela rápida construção do novo hospital central do parque da Belavista;
- Combater o défice de profissionais nos centros de saúde, entre eles os médicos de família, reclamando por um forte investimento publico, com a contratação de mais profissionais e de meios na satisfação dos utentes na área da saúde;
- Melhoria das USF (Unidades de Saúde Familiar), nomeadamente criando novas USF para cada vez ficarem mais próximas dos cidadãos;
- Alargamento do horário de funcionamento das USF (Unidades de Saúde Familiar) ate às 24h /7 dias por semana de modo a evitar que os utentes não urgentes vão ao hospital, principalmente durante a pandemia.

8 – Defesa do ambiente:

- Aumentar a reciclagem de RSU em 50% na AML, até ao fim da década. Temos os aterros sanitários da AML em ponto de rutura, não há condições políticas nem ambientais para se construírem novos aterros nem para se construírem novas incineradoras;
- Exigir aos municípios e juntas de freguesia a elaboração de cartografia, participada pelos cidadãos, dos elementos arbóreos a necessitar de tratamento fitossanitário;
- Proibição das importações de lixo para aterros e de resíduos para queimar;
- Proibição das podas selvagens (rolagem) nas árvores ornamentais urbanas;
- Proibição de plantação de novas manchas de eucaliptal e redução das existentes;
- Impor medidas restritivas aos navios de cruzeiro quando acostados no porto de Lisboa, tais como a exigência de utilização de energia elétrica que a cidade fornecerá obrigando à paragem das máquinas;
- Defesa do tratamento com dignidade dos animais controlando os canis municipais e reclamar junto do governo o fim dos benefícios fiscais das touradas.

9 – Importância do trabalho local e das autarquias e dos nossos autarcas:

- Preparação das próximas eleições autárquicas com a participação na maioria esmagadora dos órgãos autárquicos;

- Definir e lutar por agendas locais transformadoras. Pensar global, agir local;
- Exigir a efetiva concretização da democracia participativa (CRP) nas autarquias, através da existência de condições concretas para a participação dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos e nas instituições;
- Contribuir para o reequilíbrio dos poderes locais, designadamente para a autonomia e protagonismo das Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia;
- Promover ativamente o "Direito à Cidade", favorecendo a ativação e a apropriação do espaço público pelos cidadãos;
- Atribuir uma maior relevância à construção participada de políticas culturais municipais através da criação de Conselhos Municipais de Cultura, com o intuito de reivindicar a plena democracia e cidadania cultural, a diversidade, o pluralismo e os direitos culturais das minorias;
- Promover reuniões regulares dos autarcas do distrito com o fim de troca de experiências e também para formação autárquica em todos os seus aspetos;
- Mais apoio jurídico aos eleitos autárquicos do distrito de Lisboa;
- Promover reuniões e debates com os autarcas da área metropolitana de Lisboa sobre os problemas comuns.

10 – Uma comissão distrital com iniciativa política e de apoio a todas as lutas:

- A comissão distrital do BE tem de ser um órgão de iniciativa política com tomadas de posição sobre os problemas do distrito e debate sério com os órgãos do BE da área metropolitana;
- As lutas antifascistas, antirracistas, pela igualdade de género, contra a violência doméstica, contra a extrema-direita, tal como as greves e as lutas de todas e todos os trabalhadores devem merecer a imediata posição, nomeadamente pública, da comissão distrital e todo o seu apoio e solidariedade;
- Trabalhar no apoio às ações políticas das concelhias e às lutas de trabalhadores, de moradores, de minorias, contra as discriminações de género, contra o racismo e movimentos fascistas, tomando posição e apoiando as lutas solidariamente;
- A presença de autarcas e deputados junto dessas lutas deve ser uma constante, não apenas com a sua presença, mas junto e ao lado do povo;
- Promover o debate político e ideológico de formação dos aderentes;

- Garantir que todas as sedes concelhias possuem ligação à Internet com router WiFi por forma a podermos ter uma rede de comunicações de dados que não dependa dos telefones pessoais dos aderentes.

11 – Um Bloco assente nos aderentes, nos núcleos, nas concelhias, e na mais ampla democracia e participação com respeito absoluto pelas diferenças de opinião que devem constituir estímulo para o debate franco e aberto:

- Os órgãos internos, estatutários, do Bloco de Esquerda são um espaço de amplo debate e são quem decide sobre as posições políticas de fundo dos nossos camaradas eleitos para os órgãos institucionais;

- Pugnaremos pelo maior respeito pelas opiniões diferentes. O debate clarifica, mobiliza e junta vontades diferentes na mesma luta. A falta de debate sobre políticas e estratégias, autárquicas e metropolitanas, e a articulação de políticas nacionais com políticas regionais consome e mata as energias e a mobilização de todas e todos. **Todos não somos demais para a luta.**

Mandatário: Mário Tomé

Lisboa, 22 de Setembro de 2020